

Íntegra da nota da Prefeitura Municipal de São Paulo:

A Prefeitura de São Paulo repudia qualquer tentativa de desacreditizar um trabalho de combate à dengue tão sério, com método reconhecido pelo Ministério da Saúde e cujos dados oficiais comprovam que tem sido eficaz para reduzir a incidência da doença nas áreas onde as armadilhas estão instaladas.

A Procuradoria Geral do Município (PGM) destaca que o Ministério Público arquivou a investigação por não encontrar indícios de ilegalidade ou direcionamento na licitação. O processo de contratação seguiu a legislação vigente, foi realizado por pregão eletrônico, sem indicação de marca e contou com a participação de diferentes empresas.

As armadilhas - vale reforçar, com registro na Anvisa - não favorecem a proliferação de mosquitos *Aedes aegypti*. Pelo contrário. Elas contêm larvicida que impede o desenvolvimento de novas larvas, eliminando o risco de surgirem mosquitos transmissores. Seu principal objetivo é reduzir a população de mosquitos adultos e, conseqüentemente, os casos de dengue em humanos, o que os dados acima confirmam. Prova disso é que o total de casos confirmados de dengue nas áreas com armadilhas disseminadoras de inseticidas foi 35,4% menor do que naquelas sem armadilhas, ambas no perímetro do projeto. Em números, isso significa que nas áreas com armadilhas foram 521 casos/100 mil habitantes registrados, contra 806,2 casos/100 mil habitantes nas áreas sem armadilhas no período de janeiro a junho deste ano.